



ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 5.603, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Altera o Decreto nº 5.496, de 20 de março de 2020, que estabelece novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da doença COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso VI, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 5.496, de 20 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 1º Não se incluem na suspensão prevista no *caput* os estabelecimentos médicos, hospitalares, farmacêuticos, veterinários, psicológicos e odontológicos, os laboratórios de análises clínicas e as clínicas de fisioterapia.

§ 2º Deverão manter suas atividades:

I – a indústria em geral, com atendimento ao público apenas mediante agendamento;

II - as empresas que participem, em qualquer fase, da cadeia produtiva, da distribuição de produtos e da prestação de serviços de primeira necessidade para a população, tais como alimentos, medicamentos, produtos de limpeza e higiene, água, gás, combustíveis, entre outros;

III - supermercados, mercadinhos e congêneres;

IV – as empresas dos seguintes ramos:

- a) transporte fluvial em balsas;
- b) restaurantes localizados em rodovias;
- c) oficinas localizadas em rodovias;



ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 5.603, DE 25 DE MARÇO DE 2020

- d) agropecuárias;
 - e) lavanderias;
 - f) borracharias;
 - g) *call center*;
 - h) chaveiros;
 - i) bancos e lotéricas;
 - j) construção civil;
 - k) hotéis, para os clientes já hospedados ou para novos, desde que no interesse da administração pública;
 - l) motéis;
 - m) funerária;
 - n) telecomunicações e manutenção de redes elétricas e de telefonia e internet.
- V – com prévio agendamento do cliente e redução do número de funcionários no local, as empresas dos seguintes ramos:
- a) óticas;
 - b) concessionárias de veículos,
 - c) oficinas mecânicas urbanas;
 - d) *pet shops*.
- VI – as empresas não elencadas nos incisos anteriores, desde que utilizem exclusivamente os serviços de *delivery* ou atendimento remoto.

§ 3º

.....

III – evitar aglomerações e controlar o acesso aos seus interiores.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de março de 2020, 132º da República, 118º do Tratado de Petrópolis e 59º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre